

Curadoria do Meio Ambiente  
Santa Rosa do Sul, 07/03/2019.  
SIG/MP n. 06.2018.00002721-5

Investigado: R.M. Da Silva M.E

Objeto: apurar suposta ocorrência de poluição sonora praticada pela empresa Hoffmann Construções

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça em exercício da Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rosa do Sul, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente, e a empresa **R.M. DA SILVA M.E.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o n. 23.814.210/0001-19, localizada na Rua Manoel Marcílio Hendz, n. 500, bairro Harmonia, Município de Praia Grande/SC, CEP 88.990-000, representada neste ato por Rodrigo Marcelino da Silva, brasileiro, solteiro, construtor, inscrito no cadastro de pessoa física sob o n. 099.115.979-97, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA** ajustam o seguinte:

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos prevista no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 81, parágrafo único, inciso I, e art. 82, inciso I, da Lei n. 8.078/90 e art. 26, inciso I, da Lei n. 8.625/93;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

**CONSIDERANDO** que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *"As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados"*;

**CONSIDERANDO** que, na forma do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81, *"é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade"*;

**CONSIDERANDO** que o art. 3º, inciso III, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), define poluição como sendo *"[...] a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos"*;

**CONSIDERANDO** que a proteção do meio ambiente também está inserida como princípio da ordem econômica (art. 170, inciso VI, da Constituição Federal), funcionando juntamente com o princípio da função social da propriedade (inciso III do mesmo artigo) como verdadeiro *"[...] limite à livre iniciativa"*<sup>1</sup>;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, inciso XXIII, da Lei Maior, também prevê que o direito de propriedade deve ser exercido com respeito a sua função social;

**CONSIDERANDO** que *"[...] o reconhecimento do direito ao meio*

---

<sup>1</sup> MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2004, p. 63.

*ambiente sadio configura-se, na verdade, como extensão do direito à vida, quer sob o enfoque da própria existência física e saúde dos seres humanos, quer quanto ao aspecto da dignidade dessa existência – a qualidade de vida – que faz com que valha a pena viver”<sup>2</sup>;*

**CONSIDERANDO** que “*Como efeitos do ruído sobre a saúde em geral registram-se sintomas de grande fadiga, lassidão, fraqueza. O ritmo cardíaco acelera-se e a pressão arterial aumenta. Quanto ao sistema respiratório, pode-se registrar dispnéia e impressão de asfixia. No concernente ao aparelho digestivo, as glândulas encarregadas de fabricar ou de regular os elementos químicos fundamentais para o equilíbrio humano são atingidos (como supra-renais, hipófise etc.)<sup>3</sup>”;*

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil autuado sob o n. 06.2018.00002721-5, versando sobre a prática de poluição sonora, em decorrência das atividades do estabelecimento denominado “**Hoffmann Construções**” - pessoa jurídica de direito privado: R.M. DA SILVA - ME. -, localizado na Rua Manoel Marcílio Hendz, n. 500, bairro Harmonia, Praia Grande/SC, CEP 88990-000, representado neste ato por Rodrigo Marcelino da Silva;

**CONSIDERANDO** que, em vistoria, a Polícia Militar Ambiental constatou que a empresa R.M. DA SILVA - ME. está emitindo ruídos acima do permitido pela legislação ambiental, tendo, alcançado, no “Ponto de Medição”, o patamar de **57 decibéis no período diurno**, ao passo que o limite máximo previsto Resolução CONAMA n. 001/90 c/c a NBR 10.151 é de 55 decibéis para o referido período em “Área Mista Predominantemente Residencial”, zoneamento correspondente àquele onde a empresa está localizada (Auto de Constatação n.

<sup>2</sup> MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2004, p. 137.

<sup>3</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 11. ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2003.

109/2018);

**CONSIDERANDO** que, as informações colacionadas ao presente procedimento dão conta de que, na prática, os incômodos – emissão de ruídos e de poeira/fuligem – que fundamentaram as denúncias formuladas pelos moradores locais persistem;

**CONSIDERANDO** que o presente ajuste de condutas constitui garantia mínima em prol da coletividade, buscando apenas a proteção dos interesses difusos através da definição de algumas medidas de controle ambiental preventivas;

**RESOLVEM**

Celebrar **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)**, com fulcro no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto cessar a emissão excessiva de ruídos e a dispersão de resíduos sólidos provenientes da atividade desenvolvida pela empresa R.M. DA SILVA - ME, localizada na Rua Manoel Marcílio Hendz, n. 500, bairro Harmonia, Praia Grande/SC, CEP 88990-000, adotando-se medidas destinadas a atenuar o impacto ambiental.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA**

**2.1 A COMPROMISSÁRIA** compromete-se a, no **prazo de 90 (noventa) dias**, a partir da assinatura deste Termo, implementar e executar, em sua sede - Rua Manoel Marcílio Hendz, n. 500, bairro Harmonia, Praia Grande/SC, CEP 88990-000-, **projeto de isolamento acústico e de controle de emissão de resíduos sólidos** elaborado por profissional devidamente habilitado(s) pelo CREA/SC, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contemplando obras e melhorias destinadas à diminuição da propagação de ruídos, como forma de adequar as emissões sonoras aos limites legais e de controlar a dispersão de resíduos sólidos de modo a atender aos padrões definidos pela ABNT e aplicáveis à atividade desenvolvida no local, apresentando documentação comprobatória ao Ministério Público.

**2.2 A COMPROMISSÁRIA** em qualquer circunstância, a partir da assinatura deste Termo, compromete-se, ainda, a controlar as emissões sonoras para a parte externa do seu estabelecimento, respeitando-se o estatuído na Resolução CONAMA n. 001/90 c/c a NBR n. 10.151, isto é, **55 dB (cinquenta e cinco decibéis) para o período diurno e 50 dB (cinquenta decibéis) para o período noturno**, por estar a empresa localizada em "Área Mista Predominantemente Residencial".

**2.3 A COMPROMISSÁRIA**, a partir da assinatura deste Termo, compromete-se a promover, por meio de equipe técnica competente, uma aferição bimestral dos níveis de emissão de ruídos ao exterior do estabelecimento, remetendo cópia das 6 (seis) primeiras avaliações a esta Promotoria de Justiça.

**2.4 A COMPROMISSÁRIA**, apresentará ao Ministério Público cópia de laudo(s) técnico(s), acompanhado(s) de Anotação de Responsabilidade Técnica, **atestando o isolamento acústico e a adequação aos limites da ABNT 10.151**, bem como demonstrando que o sistema de armazenamento e de manejo de resíduos sólidos atende aos padrões definidos pela ABNT, **devendo o laudo**

atestar que foi completamente cessada a emissão de resíduos sólidos (poeira e fuligem), no **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do encerramento do prazo do item 2.1, como comprovante de execução do projeto de adequação da atividade.

**2.4** A apresentação do comprovante de adequação não impede a realização de vistoria pelos órgãos legitimados, o que, em caso de infração, ensejará a aplicação das sanções previstas na legislação em vigor e as previstas neste acordo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA CLÁUSULA PENAL**

**3.1** Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), a **COMPROMISSÁRIA** fica obrigada ao pagamento de **multa diária de R\$500,00 (quinhentos reais)** em caso de atraso no cumprimento da obrigação prevista no **item 2.1 da cláusula segunda**, além da **multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** por cada hipótese em que descumprir as obrigações assumidas nos **itens 2.2, 2.3 e 2.4 da Cláusula Segunda** deste instrumento, revertendo tais valores ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011.

**3.2** Para a execução das referidas multas e tomada das medidas legais pertinentes, serão necessários tão somente a certificação do atraso na comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC em procedimento próprio a ser instaurado para a sua fiscalização, ou, ainda, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos ambientais fiscalizadores.

**CLÁUSULA QUARTA: DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**4.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se** a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face da **COMPROMISSÁRIA**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

**4.2** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**4.3** A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título e a propositura de ação civil pública visando a interdição do estabelecimento da compromissária;

**CLÁUSULA QUINTA: DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO**

**5.1** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes elegem o foro da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

E, por estarem assim compromissados, firmam este **Termo de**

**Promotoria de Justiça de Santa Rosa do Sul**

**Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e do artigo 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, cientificados os presentes de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85, cuja homologação, todavia, não constitui condição de eficácia do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ).

Santa Rosa do Sul, 07 de março de 2019.

**Thiago Napolini Berenhauser**  
**Promotor de Justiça**

**Rodrigo Marcelino da Silva**  
**Responsável legal**

**Testemunhas:**

**Alexsandra Pizzetti Benincá**  
**Assistente de Promotoria de Justiça**

**Filipe Martins Corrêa**  
**Assistente de Promotoria de Justiça**